

Violência laboral contra professores da rede pública de nível fundamental e médio

Workplace violence against teachers of public elementary and high schools

Beatriz Maria dos Santos Santiago Ribeiro¹, Júlia Trevisan Martins², Alessandro Rolim Scholze³, Maria Jose Quina Galdino⁴, Aline Aparecida Oliveira Moreira⁵, Marcos Hirata Soares⁶, Maynara Fernanda Carvalho Barreto⁷

1. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5211-5422>. Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: beatrizsantiago1994@hotmail.com
2. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6383-7981>. Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: jtmartins@uel.br
3. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4045-3584>. Enfermeiro. Doutor em Enfermagem. Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil. E-mail: scholze@uenp.edu.br
4. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6709-3502>. Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil. E-mail: mariagaldino@uenp.edu.br
5. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2621-7078>. Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: alineoliveira@yahoo.com.br
6. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1391-9978>. Enfermeiro. Doutor em Enfermagem. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: mhirata@uel.br
7. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3562-8477>. Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil. E-mail: maynara_barreto@hotmail.com

CONTATO: Autor correspondente: Maynara Fernanda Carvalho Barreto | Endereço: Rodovia BR-369 Km 54, S/N - Centro - CEP: 86360-000. Bandeirantes, Paraná, Brasil | Telefone: (43) 99613-2264 | E-mail: maynara_barreto@hotmail.com



RESUMO

O presente estudo teve por objetivo identificar a prevalência da violência laboral perpetrada contra professores da rede pública de nível fundamental e médio. Trata-se de um estudo transversal com dados coletados entre julho de 2018 e fevereiro de 2019, com 200 professores de 18 escolas públicas urbanas, de um município do interior do estado do Paraná, Brasil. Análises descritivas e inferenciais foram realizadas e razões de prevalência (RP) calculadas. A prevalência de atos violentos físicos e verbais foi de 3% e 28%, respectivamente, sendo cometidos principalmente por alunos do sexo masculino. A violência verbal foi mais frequente contra professores do sexo masculino ($p=0,021$; $RP=1,12$) e com mais de 40 anos ($p=0,034$; $RP=1,10$), ocorreu mais de três vezes no último ano, dentro da instituição e configurou-se em experiências que geraram perda da satisfação com o trabalho, permeadas por sentimento de injustiça e impotência. Pode-se concluir que os professores sofreram violência laboral de natureza física e verbal nos ambientes educacionais.

DESCRITORES: Violência no Trabalho. Saúde. Docentes. Estudantes.

ABSTRACT

The objective of the present study is to identify the prevalence of workplace violence against teachers in public elementary and high schools. This is a cross-sectional study with data collected from July 2018 to February 2019, with 200 teachers from 18 urban public schools, in a municipality located in the center-west of the state of Paraná, Brazil. Descriptive and inferential analyses were performed, and prevalence ratios (PR) were calculated. The prevalence of physical and verbal violent acts was 3% and 28%, respectively, and male students were the main agents. Verbal violence was more frequent against male teachers ($p=0.021$; $PR=1.12$) and those over 40 years old ($p=0.034$; $PR=1.10$), it occurred more than three times in the past year, within the educational environment and were events that resulted in loss of professional satisfaction associated with feelings of injustice and powerlessness. The study concluded that teachers suffered physical and verbal workplace violence in educational environments.

DESCRIPTORS: Workplace Violence. Health. Faculty. Students.

INTRODUÇÃO

A escola possui um papel ímpar para a sociedade, pois trata-se de uma instituição que tem como finalidade proporcionar a educação formal por meio de objetivos e metas, utilizando e reelaborando os conhecimentos. Também apresenta repercussões sociais com o propósito de desenvolver competências grupais sociais, relacionais e emocionais para seus alunos, de maneira que possa torná-los responsáveis e envolvidos em atividades de cidadania, bem como prepará-los para ingressar em uma carreira profissional ou na continuidade da formação¹.

Entretanto, nos últimos anos o ambiente escolar vem se transformando, e atos de agressões, sejam eles verbais ou físicos, contra professores, funcionários e alunos² têm se tornando uma temática corriqueira nos espaços educacionais em todo o mundo, evidenciando assim, uma realidade preocupante^{1,3}. Destaca-se que as altas taxas de violência possuem relação direta com o clima organizacional dos ambientes educacionais, a estrutura precária, a escassez de suporte administrativo, bem como o nível social².

No presente estudo, a violência laboral foi entendida como qualquer ação baseada na relação existente entre o educador e o agressor, que por comportamento instintivo agride, ameaça, causa dano ou lesão ao trabalhador em exercício da atividade laboral. Essa ação pode levar os trabalhadores à uma diminuição da capacidade laborativa e alterações psicossociais negativas⁴. Destaca-se ainda que os atos agressivos podem ser classificados, conforme sua estrutura, em verticais e horizontais, sendo a agressão horizontal entendida como aquela praticada por colaboradores do mesmo nível hierárquico, ou seja, acontece entre trabalhadores que exercem a mesma função; a vertical ascendente acontece com um trabalhador ou grupo de trabalhadores contra o seu superior hierárquico; a vertical descendente ocorre quando impetrada por uma pessoa hierarquicamente superior as demais; e ainda há as que acontecem de forma mista⁵.

A agressão sofrida pelo professor em seu ambiente de trabalho pode favorecer o surgimento de estresse constante e, por sua vez, desencadear insatisfação com suas atividades². O educador, ao ser vítima de atos violentos no ambiente de trabalho, muda seu comportamento devido ao desgaste emocional, o que conseqüentemente interfere nas atividades laborativas, em especial aquelas que possuem contato direto com o agressor, ou seja, ministrar aulas, visto que o profissional agredido se sente

coagido e inseguro em sala de aula⁶. Assim, professores que sofrem atos de hostilidade apresentam dificuldades em seus relacionamentos particulares e com os estudantes, além de vivenciar emoções como o medo e a insegurança⁷.

Outros fatores que podem favorecer atos de violência contra os professores são: número de alunos por sala de aula, nível e tipo de ensino e clima escolar. Essas condições potencializam a ocorrência de agressões contra o educador no ambiente laborativo⁸.

Denota-se que os professores podem sofrer qualquer tipo de violência no labor, porém, as formas mais frequentes são insultos verbais, assédio sexual e patrimonial². Uma pesquisa⁸ realizada com docentes que atuavam no ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino de 20 escolas de uma cidade do interior do estado do Paraná, Brasil, identificou que um em cada 12 pesquisados apontou ter sofrido agressões físicas nos 12 meses anteriores à pesquisa. Dentre as pessoas que mais imputam atos de violência contra os professores estão os discentes e seus familiares⁹.

Embora a violência contra o professor venha sendo reconhecida como um dos problemas mais frequentes dentro das instituições escolares, as investigações sobre essa temática ainda são escassas e, em sua maioria, versam sobre o assunto do *bullying*⁶.

Muitas das pesquisas que envolvem os professores buscam revelar a sua percepção frente aos conflitos e à violência⁸⁻¹⁰. Assim, estudos⁵ sobre os atos violentos que eles sofrem ao exercer seu trabalho são de importância ímpar, visto que ampliar as investigações sobre a violência no ambiente escolar, as formas e os atores envolvidos, poderá fornecer subsídios para a implementação de ações de enfrentamento para esse problema.

Diante deste cenário, pesquisar a violência impetrada contra professores do ensino fundamental e médio é relevante, uma vez que os resultados poderão contribuir para o planejamento de estratégias que visem diminuir tais atos nessa população e, assim, promover a saúde, reduzir os agravos e maximizar a qualidade de vida no labor e conseqüentemente contribuir para uma maior satisfação do professor, o que irá repercutir em um melhor processo de ensino-aprendizagem ao aluno. Assim, o presente estudo teve como objetivo identificar a prevalência da violência laboral perpetrada contra professores da rede pública de nível fundamental e médio.

MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo transversal realizado com 200 professores do ensino fundamental e médio de 18 escolas estaduais da área urbana, de um município do interior do centro-oeste do estado do Paraná, Brasil.

No período de coleta de dados, o número total de professores era de 393. Assim, realizou-se o cálculo do tamanho amostral para população finita, considerando o desfecho de 50% e 95% de intervalo de confiança, obtendo-se como número mínimo 195 professores. O número total de participantes foi 200. Os critérios de inclusão adotados foram: professores envolvidos diretamente no processo de ensino-aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio e com contratos efetivos há no mínimo 12 meses. Foram excluídos aqueles que atuavam em outras modalidades de ensino (educação especial, educação profissional não articulada ao ensino médio e educação complementar) e os que estavam em licença de qualquer natureza.

Para a coleta de dados foi utilizado um instrumento com 52 questões quantitativas (objetivas) e duas qualitativas (subjetivas) que poderiam ou não fazer parte dele. Os autores optaram por utilizar as questões objetivas. Nesse instrumento foram coletados dados sociodemográficos e laborais e um questionário de Avaliação da Violência no Trabalho Sofrida ou Testemunhada por Trabalhadores de Enfermagem que foi produzido e validado para a língua portuguesa escrita e falada no Brasil¹¹.

O questionário foi adaptado para o presente estudo, sendo considerado apropriado para a realidade dos professores e submetido à uma validação aparente. Enfatiza-se que os autores do instrumento autorizaram a sua adequação para a realidade dos professores que atuam no ensino fundamental e médio da rede pública.

Esse tipo de validação deve ser realizado por meio da avaliação de especialistas e/ou pesquisadores quanto à relevância de um instrumento. Os juízes precisam considerar a ausência ou presença dos seguintes critérios: abrangência, objetividade, organização e pertinência¹²⁻¹³. A abrangência de atributo diz respeito às informações importantes para o alcance do objetivo do estudo, expressa de maneira compreensível; a objetividade à questão de fácil compreensão; a organização, por sua vez, refere-se à disposição das questões e alternativas, bem como também seu conteúdo na ordem sequencial e de fácil resposta e, por fim, a pertinência, considerada a questão essencial para alcançar o objetivo da investigação¹²⁻¹³. Os

itens foram tidos como adequados quando houve uma concordância mínima de 85,7% dos avaliadores em relação aos aspectos avaliados.

Esse material foi enviado para sete juízes, todos com experiência em educação e violência laboral de instituições com as mesmas características das que foram coletados os dados. Cabe destacar que em apenas uma primeira avaliação todos os itens apresentaram concordância inter-avaliadores $\geq 85,7\%$, o que foi considerado adequado. Na sequência, ainda se realizou um teste piloto com 41 professores do ensino fundamental e médio não integrantes da população do estudo, que consideraram os itens adequados ao objeto de pesquisa no contexto escolar.

Os dados foram coletados no período de julho de 2018 a fevereiro de 2019 de duas formas: nos locais de trabalho durante a hora-atividade ou por meio de um questionário eletrônico elaborado na plataforma *Google Forms*. Assim, ficou a critério dos participantes como desejariam participar. Em ambos os casos, eles foram esclarecidos sobre o objetivo deste estudo e consentiram a sua participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A primeira autora deste estudo entregou os questionários físicos e após 15 dias entrou em contato com os professores para recolhê-los. Por sua vez, os questionários eletrônicos foram reenviados a cada 15 dias, com limite máximo de duas tentativas.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva utilizando-se frequências absolutas e relativas e pelo *Statistical Package of Social Sciences* (SPSS) versão 20.0 por meio do modelo de regressão de Poisson, que foi escolhido por se adequar às variáveis do estudo. Adotando-se como critério de significância $p < 0,05$, para a estimativa utilizou-se as razões de prevalência e intervalo de confiança de 95%.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob parecer nº 2.744.982 da Universidade Estadual de Londrina-PR.

RESULTADOS

Dos 200 professores participantes, 77,5% (n=155) eram do sexo feminino, 66,5% (n=133) tinham idade entre 31 e 40 anos, 76,0% (n=152) autodeclararam-se de cor branca, 60,5% (n=121) eram casados ou com companheiros, 65,5% (n=129) tinham filhos e 70% (n=140) possuíam especialização *lato sensu*. Quanto à renda familiar, 34% (n=68) apresentaram-na superior a 10 salários-mínimos, 32,5% (n=65) entre 5 e 10 salários-mínimos e os demais, menos de 5 salários-mínimos.

A Tabela 1 indica que 3% (n=6) dos professores foram agredidos fisicamente no local de trabalho, predominantemente pelos alunos e, posteriormente, sentiram decepção e impotência. Devido à baixa prevalência de violência física, não foi possível verificar os aspectos que prevaleceram por meio da regressão de Poisson.

Tabela 1. Prevalência e características da violência física sofrida pelos professores nos últimos 12 meses. Paraná, Brasil, 2018-2019

Variáveis	n	%
Violência física laboral (n=200)		
Sim	6	3,0
Não	194	97,0
Sexo do agredido (n=6)		
Feminino	5	83,3
Masculino	1	16,7
Número de vezes que sofreu violência física laboral (n=6)		
Uma	2	33,3
Duas	1	16,7
Não lembra	3	50,0
Forma de agressão (n=6)		
Violência física sem arma (corpo a corpo, soco, puxões)	6	100,0
Tipo de agressor (n=6)		
Aluno	6	100,0
Sexo do agressor (n=6)		
Feminino	1	16,7
Masculino	5	83,3
Turno que ocorreu o incidente (n=6)		
Manhã	3	50,0
Tarde	3	50,0
Local da violência física (n=6)		
Dentro da instituição	6	100,0
Problemas vivenciados após a violência física (n=6)*		
Decepção	6	100,0
Raiva	3	50,0
Insatisfação com o trabalho	5	83,3
Ansiedade	1	16,7
Dor	2	33,3
Medo	1	16,7
Baixa autoestima	3	50,0
Crises de choro	2	33,3
Cansaço	4	66,7
Lesão corporal**	2	33,3
Irritação	2	33,3
Inferioridade	3	50,0
Dificuldade para dormir	3	50,0
Presenciamento de violência física direcionada ao professor (n=200)		
Sim	78	39,0
Não	122	61,0

Problemas vivenciados após presenciar situações da violência física (n=78)		
Injustiça	36	46,2
Arrependimento	1	1,3
Medo	24	30,8
Raiva	19	24,4
Susto	29	37,2
Impotência	58	74,4
Insegurança	46	59,0
Culpa	8	10,3
Frustração	38	48,7
Situação normal	2	2,6
Tristeza	40	51,3

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

*Os professores poderiam responder mais de uma alternativa; **Agressão que provoca alterações físicas temporárias, permanentes ou, até, resulta em morte.

Na Tabela 2 observa-se que 71,5% (n=143) declararam ter sofrido violência verbal, sobretudo por alunos (69,4%; n=99), emergindo sentimentos de decepção (54,5%; n=78) após essa experiência.

Tabela 2. Prevalência e características da violência verbal sofrida pelos professores da educação básica nos últimos 12 meses. Paraná, Brasil, 2018-2019

Variáveis	N	%
Violência verbal laboral (n=200)		
Não	57	28,5
Sim	143	71,5
Sexo do agredido (n=143)		
Feminino	101	70,6
Masculino	42	29,4
Vezeas que sofreu violência verbal no ambiente de trabalho (n=143)		
Uma	15	10,4
Duas	29	20,4
Três	17	11,8
Quatro ou mais	56	39,2
Não me lembra	26	18,2
Tipo de agressor (n=143)		
Aluno	99	69,4
Chefia/ supervisor	19	13,4
Colega de trabalho	11	7,8
Familiar/ responsável	10	6,4
Outro	4	3,0
Sexo do agressor (n=143)		
Feminino	38	26,6
Masculino	97	67,8
Outro	8	5,6

Turno que ocorreu o incidente (n=143)		
Manhã	64	46,2
Tarde	61	41,8
Noite	18	12,0
Local da violência verbal (n=143)		
Dentro da instituição	130	90,9
No trajeto para o trabalho	13	9,1
Problemas vivenciados após a experiência da violência verbal (n=143)*		
Decepção	78	54,5
Raiva	43	30,3
Insatisfação com o trabalho	73	51,0
Ansiedade	58	40,5
Dor	21	14,6
Medo	15	10,4
Baixa autoestima	39	27,2
Crises de choro	29	20,2
Cansaço	60	41,9
Lesão corporal	7	4,8
Irritação	74	51,7
Inferioridade	33	23,0
Dificuldade para dormir	44	30,7
Estresse	76	53,1
Afastamento do trabalho	12	8,3
Perda da concentração	31	21,6
Presenciamento de violência verbal laboral direcionada ao professor (n=200)		
Sim	142	71,0
Não	58	29,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

*Os professores poderiam responder mais de uma alternativa.

A Tabela 3 apresenta as razões de prevalência das variáveis de caracterização com a violência verbal.

Tabela 3. Razão de prevalência das características sociodemográficas e ocupacionais na violência verbal entre professores da educação básica, Paraná, Brasil, 2018-2019. (n=200)

Variáveis	p-valor	Razão de prevalência (Intervalo de Confiança 95%)
Sexo		
Feminino		1
Masculino	0,021	1,12 (1,02-1,23)
Idade (anos)		
18 a 40		1
40 ou mais	0,034	1,10 (1,01-1,21)
Cor da pele		
Branco	0,514	1,04 (0,93-1,15)
Não branco		1

Nível que leciona		
Fundamental e médio	0,128	1,10 (0,97-1,25)
Médio	0,433	1,07 (0,90-1,26)
Fundamental		1
Nível de escolaridade		
Graduação	0,202	1,12 (0,94-1,34)
Especialização <i>lato sensu</i>	0,065	1,12 (0,99-1,26)
Especialização <i>stricto sensu</i>		1
Tempo de experiência (anos)		
Mais de 10	0,715	1,02 (0,92-1,13)
Até 10		1
Trabalha em outra instituição		
Não	0,231	1,06 (0,97-1,15)
Sim	1	

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A proporção de violência verbal foi estatisticamente significativa no sexo masculino e entre os professores com idade superior a 40 anos.

DISCUSSÃO

O estudo buscou identificar a prevalência da violência laboral perpetrada contra professores da rede pública de nível fundamental e médio. Assim, observou-se que atos violentos físicos e verbais foram de 3% e 28%, respectivamente, e que os agressores eram majoritariamente alunos do sexo masculino. Além disso, os resultados mostraram que os atos de violência verbal foram mais frequentes contra professores do sexo masculino e com mais de 40 anos. Essas são características da extrema preocupação vivenciada pelos professores diariamente nos ambientes educacionais de todo o mundo, uma realidade que repercute diretamente na saúde mental desses profissionais, bem como no processo ensino-aprendizagem.

O ambiente escolar não está isento de violência e a solução não se limita às questões pedagógicas. O educador, durante sua formação acadêmica, pode não ser preparado para lidar com várias situações hostis, como as ocorrências relacionadas às drogas ou às agressões físicas⁹. Ainda, a violência impetrada contra esse profissional, seja de natureza direta ou indireta, dá-se por meio de atos de vandalismo e depredação do ambiente escolar⁸.

Ações didático-pedagógicas que fomentem as reflexões sobre a agressividade no ambiente escolar são necessárias, como a discussão das atitudes agressivas dos

estudantes e dos docentes, na tentativa de incentivar o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, de respeito, de tolerância e da maximização dos bons relacionamentos interpessoais¹⁴.

Estudos mostram a predominância do sexo feminino entre os professores vítimas de violência, fator este que pode ser em decorrência do fato da mulher ser mais vulnerável na maioria das sociedades². Entretanto, no presente estudo, a agressão verbal foi estatisticamente maior contra o sexo masculino. Esse dado assemelha-se a uma pesquisa realizada no Nordeste brasileiro que identificou que professores do sexo masculino tinham mais chances de sofrer agressão verbal, assédio moral, *bullying* e discriminações, do que colegas mulheres¹⁵.

Pode-se inferir que o sexo de quem sofreu os atos de violência não seja o mais importante, mas é preciso compreender que a violência contra os professores é decorrente, fundamentalmente, de uma estrutura social dominante, que funciona como princípio gerador e explicativo da violência contra o professor e supera o entendimento da responsabilização apenas da pessoa¹⁵.

No que concerne aos atos de incivildade verbal considera-se que a idade é um fator de risco. Estudos indicam que professores mais jovens estão mais sujeitos a sofrer atos de violência em seu contexto laboral devido ao despreparo para enfrentá-los, bem como sua insegurança quanto ao domínio de sala e de situações enfrentadas no cotidiano¹⁶.

Professores com mais idade e experiência profissional têm melhores condições de lidar com as situações de conflito presentes em sala de aula⁸. Outra pesquisa¹⁷ mostrou que esses professores possuem estratégias mais eficazes para atuar com as situações conflitantes em sala de aula.

Portanto, se faz necessário implementar nas diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura disciplinas direcionadas para o enfrentamento de comportamentos agressivos, bem como formas de atuação e estratégias para gerenciar momentos de conflitos no ambiente educacional. Além disso, sugere-se que a direção da instituição ofereça uma escuta ativa a esses professores e proporcione momentos de partilha e capacitação para o enfrentamento desses atos.

No presente estudo a agressão verbal predominou entre os pesquisados com 40 anos ou mais e os que trabalhavam em regiões consideradas de maior probabilidade de violência. Destaca-se que esses locais são escolhidos por ocasião da distribuição das aulas, sendo que os professores mais velhos e experientes têm

prioridade na escolha da escola que desejam trabalhar e, na maioria das vezes, preferem instituições nas quais há mais casos de violência, fato esse que tem relação com o diferencial de salários nessas escolas e por julgarem que a idade e a experiência os protegem¹⁶.

Um estudo⁸ realizado com 789 professores paranaenses constatou que três em cada quatro educadores testemunharam alguma situação de violência física no labor, principalmente as praticadas com armas brancas e de fogo. Nessa pesquisa não foram encontradas agressões físicas com uso de armas, mas esse tipo de ato foi vivenciado por professores e testemunhado por eles. Uma investigação realizada em Minnesota, nos Estados Unidos da América, com finalidade de comparar os docentes que nunca viram e os que já presenciaram a violência sendo impetrada contra seus pares, revelou que os primeiros apresentaram chance quase três vezes maior de sofrer a mesma forma de violência no decorrer de sua vida¹⁸.

Outra pesquisa¹⁹ apresentou os discentes como os principais agressores e indicou a forma verbal como a mais frequente na escola, dados esses que estão em consonância com o presente estudo, em que o aluno foi o principal agressor nos casos de violência física e verbal. Além disso, os agressores, predominantemente, pertencem ao sexo masculino¹⁶, o que também corrobora os achados da presente pesquisa.

A qualidade das relações interpessoais é relevante para a prevenção da violência laboral¹⁶. Salas de aula com clima positivo e amistoso diminuem a propensão aos atos de violência, bem como alunos com espírito de apoio mútuo diminuem, sobremaneira, os comportamentos agressivos²⁰. Acredita-se que tornar os alunos protagonistas no ambiente escolar e incentivar um efetivo relacionamento saudável entre alunos, professores, pais e/ou responsáveis e a comunidade são passos importantes para a cultura de paz dentro dos espaços educacionais.

Averiguou-se que a violência verbal ocorrida na maioria dos casos foi impetrada pelo aluno, mas também houve aquela exercida por colegas de trabalho, superiores e familiares. Um estudo realizado com professores do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco mostrou que os casos de agressões mais comuns vivenciadas pelos professores no ensino superior, por exemplo, deram-se pelas formas verbal e física, e os alunos foram os principais perpetradores²¹.

É preciso estimular maneiras de melhorar os relacionamentos interpessoais no ambiente de trabalho, visto que o apoio de colegas auxilia positivamente na prevenção

da ansiedade, desesperança e no enfrentamento dos casos de violência sofridos por seus pares²².

No estudo em questão, após sofrerem a experiência e presenciarem atos de violência física e de agressão verbal, os educadores apresentaram sentimentos negativos como sensações de injustiça, arrependimento, medo, raiva, susto, impotência, insegurança, culpa, frustração e tristeza. Esses sentimentos surgem após exposição aos incidentes violentos e causam fragilidade emocional em situações de enfrentamento de violência, que levam ao desgaste profissional, a desmotivação no labor e ao adoecimento mental⁹.

As exposições prolongadas aos fatores laborais negativos ao longo do tempo levam as pessoas a um estado contínuo de preocupação, que supera os seus limites emocionais, resultando nas sensações de cinismo, impotência e exaustão emocionais e que, sobremaneira, propiciam para que elas tenham a vitalidade e a dedicação prejudicadas, contribuindo para a insatisfação, a vontade de mudar de emprego e o absenteísmo²³.

É fato que a violência traz sentimentos negativos aos professores, resultando em desmotivação e afetando o desempenho no processo de ensino e aprendizagem⁹. Além disso, o medo e as sensações ruins relacionados ao trabalho favorecem o presenteísmo e o absenteísmo.

Cabe destacar que neste estudo dois professores disseram lidar com a violência como se fosse uma situação normal, o que é preocupante, pois esse acontecimento pode estar sendo banalizado ou cristalizado como inerente ao tipo de trabalho. Presenciar agressão contra seus pares não pode ser trivializado, visto que não contribui para o enfrentamento desse fenômeno e a promoção de ambientes laborais seguros para todos. Ressalta-se que as agressões, quaisquer que sejam, não podem ser vistas e entendidas como corriqueiras, pois provocam adoecimento mental e físico²⁴.

É preciso evitar a ocorrência de violência no ambiente de trabalho por meio de gestões que se preocupam com adoção de medidas preventivas. Pessoas responsáveis pela segurança para conter as ações agressivas e a implantação de uma cultura de paz e política de tolerância zero à violência podem ser ações eficazes²⁵.

As medidas para evitar a violência laboral ocorrem por meio do diálogo, do fato de conhecer a vida familiar dos alunos, de promover palestras sobre a temática, de

trabalhar o relacionamento interpessoal e a afetividade no ambiente escolar, bem como de obter um esforço conjunto do poder público, envolvendo a sociedade e a escola para reduzir a violência sofrida pelos professores. É essencial o consenso de todos os envolvidos na comunidade sobre as regras impostas à vida cotidiana e ao funcionamento da escola, além do desenvolvimento de ações educativas acerca do tema da violência nas escolas¹⁶.

Um estudo de revisão sistemática com a finalidade de examinar programas para reduzir a violência escolar demonstrou que é preciso envolver os gestores, os professores, os alunos, a sociedade, assim como o poder público no enfrentamento dos atos de violência nas escolas, pois esse é um problema multifacetado, ou seja, não tem uma única causa. Assim, é essencial a participação de uma equipe multiprofissional para organizar, promover e coordenar as estratégias para a sua redução; é preciso, ainda, criar redes sociais de apoio positivas e um ambiente mais favorável ao aprendizado²⁶.

Este estudo apresentou algumas limitações, por ser uma avaliação autorreferida, com respostas que, muitas vezes, podem ser consideradas aceitáveis pela sociedade, bem como pelo fato do método adotado não possibilitar a verificação de causa e efeito. Além disso, a pesquisa foi baseada na realidade de professores do nível fundamental e médio de apenas um município da região Sul do país, com 18 escolas, o que impossibilita a generalização dos resultados. Entretanto, o presente estudo trouxe avanços sobre a temática com a identificação da prevalência dos atos de violência ocorridas no ambiente de trabalho dos professores, o que possibilita a adoção de medidas de enfrentamento coletivo entre todos os envolvidos²⁷.

Ressalta-se que intervenções abrangentes, interdisciplinares e ininterruptas, e em especial, a implementação de políticas públicas que visem diminuir ou eliminar a violência contra professores ou qualquer outro profissional são necessárias e urgentes. Este estudo pode ainda ser o baluarte para novas pesquisas sobre a temática em questão.

Por fim, é preciso refletir que atos de agressões têm diversos fatores envolvidos, tais como a organização política e econômica, a inclusão e exclusão social, a distribuição de renda e de trabalho e a estrutura das famílias. Desta forma, o problema precisa ser enfrentado por toda sociedade e por diferentes atores, uma vez que a violência contra o professor envolve elementos de diferentes ordens, sendo comportamentais, psicológicas, afetivas, econômica, entre outras¹⁵.

CONCLUSÃO

Os professores sofreram violência de natureza física e verbal no trabalho, perpetrada, em sua maioria, por alunos. Esses achados indicam a necessidade de criação de estratégias para a prevenção desse tipo de violência, tais como o monitoramento do ambiente de trabalho, a promoção de redes de apoio, o estímulo à notificação dos casos de violência e discussão de tal temática com os alunos, com os educadores, com os gestores e sociedade em geral. Faz-se necessário a adoção de políticas públicas a nível federal, estadual e municipal para o enfrentamento desse fenômeno laboral nas escolas, proporcionando aos trabalhadores um ambiente mais seguro para desenvolver suas atividades.

REFERÊNCIAS

1. Silva D, Tavares E, Silva E, Duarte J, Cabral L, Martins C. Vítimas e agressores: manifestações de bullying em alunos do 6º ao 9º ano de escolaridade. Rev. port. enferm. saúde mental [Internet]. 2017[citado 2022 Jan 23];5:57-62. doi: <http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0168>
2. Anderman EM, Eseplage DL, Reddy LA, McMahon SD, Martinez A, Lane KL. et al. Teachers' reactions to experiences of violence: an attributional analysis. Soc Psychol Educ [Internet]. 2018[citado 2022 Jan 23];21:621–653. doi: <https://doi.org/10.1007/s11218-018-9438-x>
3. Nielsen MB, Einarsen SV. What we know, what we do not know, and what we should and could have known about workplace bullying: An overview of the literature and agenda for future research. Aggression and violent behavi [Internet]. 2018[citado 2022 Jan 23];42:71-83. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2018.06.007>
4. Almeida NR, Bezerra Filho JG, Marques LA. Análise da produção científica sobre a violência no trabalho em serviços hospitalares. Rev Bras Med Trab. 2017[citado 2022 Jan 23];15(1):101-112. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/218/pt-BR/analise-da-producao-cientifica-sobre-a-violencia-no-trabalho-em-servicos-hospitalares>
5. International Labour Organization (ILO). Framework guidelines for addressing workplace violence in the health sector: the training manual. Geneva; 2005. Disponível em: https://www.ilo.org/safework/info/instr/WCMS_108542/lang--en/index.htm
6. Lima PVC, Rodrigues MTP, Mascarenhas MDM, Gomes KRO, Miranda CES, Frota KMG. Prevalência e fatores associados à violência contra professores em escolas do ensino médio em Teresina, Piauí, 2016: estudo transversal.

- Epidemiol. Serv. Saúde [Internet]. 2020[citado 2022 Jan 21];29:e2019159. doi: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000100022>
7. Oplatka I, Iglan D. The emotion of fear among schoolteachers: sources and coping strategies. *Educ. Stud.* [Internet]. 2020[citado 2022 Fev 12];46(1):92-105. doi: <https://doi.org/10.1080/03055698.2018.1536876>
 8. Melanda FN, Santos HG, Salvagioni DA, Mesas AE, González AD, Andrade SM. Physical violence against schoolteachers: an analysis using structural equation models. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2018;34(5):e00079017. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00079017>
 9. Berlanda S, Fraizzoli M, Cordova F. Psychosocial risks and violence against teachers. Is it possible to promote well-being at work? *Int J Environ Res Public Health* [Internet]. 2019[citado 2021 nov 12];16(22):4439. doi: <https://dx.doi.org/10.3390%2Fijerph16224439>
 10. Giordani JP, Seffner F, Dell'aglio DD. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. *Psicol. Esc. Educ.* [Internet]. 2017[citado 2022 Jan 3];21(1):103-111. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702111092>
 11. Bordignon M, Monteiro MI. Validade aparente de um questionário para avaliação da violência no trabalho. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2015[citado 2021 Nov 12];28(6):601-608. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201500098>
 12. Bannigan K, Watson R. Reliability and validity in a nutshell. *J Clin Nurs.* 2009;18(23):3237-43. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2702.2009.02939.x>
 13. Pasquali L. Instrumentação psicológica. Fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed; 2010.
 14. Marcolino EC, Silva CRDV, Dias JA, Medeiros SPC, Cavalcanti AL, Clementino FS, et al Violência escolar entre adolescentes: prevalência e fatores associados a vítimas e agressores. *REME rev. min. enferm* [Internet]. 2019[citado 2022 Mar 21];23:e-1214. doi: <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20190062>
 15. Soares MB, Machado LB. Violência contra o professor nas representações sociais de docentes. *Perspectiva* [Internet]. 2014[citado 2022 Fev 18];32(1):333-354. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n1p333>
 16. Tavares PA, Pietrobon FC. Fatores associados à violência escolar: evidências para o Estado de São Paulo. *Estud. Econ* [Internet]. 2016[citado 2022 Fev 20];46(2):471-498. doi: <https://doi.org/10.1590/0101-416146277ptf>
 17. Dias HG, Martins JT, Moreira AAO, Dalri RCMB, Okubo CVC, Ribeiro BMSS. Violência laboral: percepções de professores quanto às medidas de enfrentamento. *Rev enferm UFPE on line* [Internet]. 2020[citado 2021 Out 10];14: e244087. doi: <https://dx.doi.org/10.5205/1981-8963.2020.244087>
 18. Gerberich SG, Nachreiner NM, Ryan AD. Case-control study of student-perpetrated physical violence against educators. *Ann Epidemiol* [Internet]. 2014[citado 2021 Dez 16];24(5):325-332. doi: <https://doi.org/10.1016/j.annepidem.2014.02.006>

19. Cordova F, Berlanda S, Pedrazza M, Fraizzoli M. Violence at school and the well-being of teachers. The importance of positive relationships. *Front Psychol* [Internet]. 2019[citado 2021 Nov 10];10:1807. doi: <https://dx.doi.org/10.3389%2Ffpsyg.2019.01807>
20. Moon B, McCluskey J. School-based victimization of teachers in Korea: focusing on individual and school characteristics. *J. Interpers. Violence* [Internet]. 2016[citado 2022 Abr 26];31(7):1340-1361. doi: <https://doi.org/10.1177%2F0886260514564156>
21. Lima AFTD, Coêlho VMS, Ceballos AGC. Violência na escola e transtornos mentais comuns em professores. *Rev. port. enferm. saúde mental* [Internet]. 2017[citado 2022 Abr 26];18:31-36. doi: <https://doi.org/10.19131/rpesm.0189>
22. Attell BK, Brown KK, Treiber LA. Workplace bullying, perceived job stressors, and psychological distress: Gender and race differences in the stress process. *Soc Sci Res* [Internet]. 2017[citado 2021 Dez 12];65:210-221. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2017.02.001>
23. Trépanier SG, Fernet C, Austin S. A longitudinal investigation of workplace bullying, basic need satisfaction, and employee functioning. *J Occup Health Psychol* [Internet]. 2015[citado 2022 Jan 18];20(1):105-106. doi: <https://doi.org/10.1037/a0037726>
24. Facci MGD. O adoecimento do professor frente à violência na escola. *Fractal, Rev. Psicol.* [Internet]. 2019[citado 2021 Nov 15];31(2):130-142. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i2/5647>
25. Stader DL. Zero tolerance: Safe schools or zero sense? *J. Forensic Psychol. Pract.* [Internet]. 2006[citado 2021 Nov 21];6(2):65-75. doi: https://doi.org/10.1300/J158v06n02_05
26. Kelly DR. Methods for reducing violence in schools: A systematic review. *J Educ Psychol* [Internet]. 2017[citado 2022 Jan 17];7(1):200-209. doi: <https://doi.org/10.5539/jedp.v7n1p200>
27. Silva FR, Assis SG. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. *Educ. Pesqui* [Internet]. 2018;44:e157305. doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201703157305>

RECEBIDO: 27/06/2022
ACEITO: 05/09/2022